

na relação daqueles que eventualmente teriam negociado a mudança da decisão firmada para aquela votação.

Gostaria de reafirmar, Sr. Presidente, que há mais de 60 dias havia firmado minha posição favorável ao pedido de **impeachment**. E nem se o Presidente Collor me oferecesse o seu cargo chegaria a esta tribuna para votar contra. Assim sendo, informo que estou providenciando, por intermédio de meus advogados e da Procuradoria da Câmara, as ações que me são permitidas por lei para representar perante a Comissão de Ética contra o Deputado Roberto Jefferson por suas declarações levianas e inverídicas a meu respeito. Quanto aos outros Parlamentares, S. Ex^a terá de se explicar a cada um isoladamente.

Indaguei do jornalista que me telefonou se o Deputado Roberto Jefferson realmente afirmara que eu havia exigido 300 mil dólares para mudar o meu voto — como se 300 mil dólares fossem capazes de mudar a convicção e a posição política de um Parlamentar independente que dois dias depois estaria disputando a Prefeitura do Rio de Janeiro, uma cidade com 4 milhões de habitantes, cujo eleitorado é altamente politizado. O jornalista, então, respondeu que o Deputado teria ouvido dizer.

Sr. Presidente, como pode um Parlamentar dar uma declaração dessa à imprensa? Felizmente, a **Folha de S. Paulo**, de forma responsável, procurou ouvir-me. No entanto, o **Jornal do Brasil** publicou a notícia sem procurar a parte que estava sendo prejudicada. E essa notícia, mesmo não encontrando o eco pretendido, teve repercussões, sobretudo nos meios políticos.

Quero deixar registrada a minha indignação contra o comportamento aéctico desse Parlamentar, que feriu esta Instituição, feriu o meu partido, o PTB, e feriu a mim, pessoalmente.

Comunico que estou entrando com uma representação na Comissão de Ética da Câmara para que o Deputado Roberto Jefferson apresente provas das declarações que fez. Além disso, estou entrando com outra representação no Supremo Tribunal Federal, para que V. Ex^a confirme as denúncias, sob pena de ser julgado por crime de calúnia e por atentado à dignidade de quem jamais o atingiu.

Muito embora eu tenha sido prejudicado, ao longo de toda a minha campanha no Rio de Janeiro, ao ser indagado, na televisão, no rádio, em qualquer palestra, sobre a participação do Deputado Roberto Jefferson na campanha contra o **impeachment**, sempre me mantive independente e afirmei que a posição de S. Ex^a era pessoal e nada tinha a ver com a minha candidatura no Rio de Janeiro. Esse Deputado se insurgiu de forma gratuita, leviana e mentirosa contra mim e contra a minha candidatura, a dois dias da eleição, prejudicando o meu trabalho, pois recebi centenas de telefonemas para explicar aquelas notícias, o que me fez perder tempo.

Fica registrada a minha indignação contra o comportamento aéctico desse Parlamentar, que será punido se esta Casa realmente tiver independência.

Sr. Presidente, vou encerrar a representação de forma protocolar. Neste momento o meu advogado está me aguardando no meu gabinete para que formulemos a petição ao Supremo Tribunal Federal, instando o Deputado a apresentar provas das declarações levianas e inverídicas que deu à imprensa, que, muito embora tenham tido pequena repercussão, me prejudicaram.

Era o que tinha a dizer.

(Texto escoimado de expressões anti-regimentais, nos termos do art. 17, V, b, do Regimento Interno.)

O SR. TOURINHO DANTAS (Bloco — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, inicialmente, quero registrar o transcurso do 80º aniversário do jornal **A Tarde**, o mais importante da nossa terra, a Bahia, fundado em 15 de outubro de 1912 pelo Dr. Ernesto Simões Filho, sendo hoje o seu Presidente a Sr^a Regina Simões, o seu Redator-Chefe, sendo o Dr. Jorge Calmon e seu Diretor-Suprintendente o Dr. Cruz Rios.

Em segundo lugar, quero congratular-me com o ex-Ministro Alcení Guerra e sua família, linchados pela imprensa por meses a fio. Ontem, finalmente, a Polícia Federal entendeu não haver nada contra sua pessoa, determinando o arquivamento do processo.

Por último, Sr. Presidente, quero relatar um fato ocorrido ontem, em São Paulo, no programa da Hebe Camargo, em que estiveram presentes os nossos colegas Onaireves Moura, o Dr. Paulo Ramos, o Presidente da UNE, Lindbergh Filho, o Sr. João Leite. Conversava-se sobre o lamentável episódio da invasão da Casa de Detenção. Na oportunidade, o repórter João Leite disse que as informações que ele havia obtido eram de que o socorro aos feridos apenas poderia ser feito por determinação do Governo do PMDB de São Paulo, após o encerramento da votação, depois das 5 horas da tarde, o que é um absurdo.

Por esta razão, peço ao Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, que examine o fato, requeira o vidio-teipe do programa e determine, se entender cabível, a apuração do crime de responsabilidade do Sr. Governador de São Paulo, Dr. Fleury Filho.

O Sr. José Lourenço — Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PDS, para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Pires) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PDS — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o País assistiu, há mais de uma semana, ao espetáculo democrático, que todos respeitamos, do impedimento do Presidente Collor. Agora, a Nação, estupefata e estarrecida, se vê diante de um Presidente incapaz de tomar decisões. O País está há uma semana sem governo. Um grande número de Ministérios até hoje está sem Ministro. Lemos nos jornais que o Ministro dos Transportes será fulano de tal. Passados três dias, somos informados de que fulano de tal não será mais Ministro dos Transportes; será Ministro não sei de quê.

Sr. Presidente, não faremos oposição ao Brasil; faremos oposição ao Governo que aí está e que já se mostra incompetente. Faremos oposição, repito, a um Presidente que se mostra incompetente para dirigir os destinos do País. O que se pede a S. Ex^a é que tome decisões. Por vezes, poderá até tomar decisões erradas, mas é necessário que decida, pois a Nação não pode ver, de braços cruzados, ministérios da maior importância para o país, como o da Agricultura, sem o seu ocupante maior. O Ministro da Saúde até hoje não tomou posse. Ainda não se sabe ao certo quem é o escolhido. Dizem que é o nobre colega Jamil Haddad, mas pode ser que mude até a hora da posse, em função dos conchavos políticos.

Quero ir mais longe um pouco, Sr. Presidente. Quero responsabilizar os que, com pressa, com açodamento, votaram o **impeachment** do Presidente Collor antes das eleições. Cumprimento o PT, pioneiro nessa empreitada, que naturalmente

obteve os melhores resultados. Foi o partido com melhor desempenho nas eleições. Os outros, caudatários do PT, hoje lamentam perdas no Rio de Janeiro, em Porto Alegre, em São Paulo, enfim, lamentam as derrotas por todos os cantos. Mas o PT, que tomou a liderança para derrubar o Governo Collor, hoje não quer compromissos, não quer participar do Governo Itamar Franco, que ajudou a instalar. Querem distância dele. Aliás, li uma declaração do Sr. Lula de que, se Itamar não mudar nada, farão com ele o mesmo que fizeram com Collor. O Sr. Lula agora é o Congresso Nacional, é a Corte Suprema, é o dono das grandes decisões da Nação; ele fará com Itamar o que fez com Collor. Sr. Presidente, numa grande democracia, como é o Brasil hoje — já demos prova ao mundo do que somos capazes —, acho que o presidente de um partido que tem as responsabilidades que tem o PT não pode fazer declarações desse tipo.

Mas o mais estranho para mim é o PT dizer que não quer participar do Governo, mas que o apoiará. Ora, quem não participa não apóia. Nobre Deputado Waldir Pires, nós, que nos conhecemos há tantos anos, de tantas lutas políticas — inclusive já fomos companheiros do mesmo partido, o velho PSD —, sabemos que, em política, o apoio sem participação não existe. Que vemos hoje, Sr. Presidente? Derrubaram o Governo, mas não apóiam o Governo que aí está. O PT eu até desculpo, porque é sua tradição ser oposição na Casa. Eles são oposição a tudo. Não é estranho, portanto, que se comportem dessa forma agora. Mas o PMDB, o maior partido do País, com a grande responsabilidade que tem pela estabilidade das instituições democráticas e do próprio Governo, também cruza os braços. O seu Presidente e sua bancada decidem que não irão participar do Governo, que estão fora dele, mas que apoiarão o que acharem ser do interesse nacional.

Ora, Sr. Presidente, esses posicionamentos começam a me preocupar. Todos sabem que quem perde em política vai para a oposição e quem ganha vai para o Governo. No Brasil, não. Uma parte do PFL nem saiu do outro Governo e já entrou nesse. O PDS, que não havia saído do outro, já está nesse. Aliás, ouvi o Líder do meu partido se queixando, dizendo que ainda não fomos chamados — parece-me que foi chamado ao Palácio hoje.

Veja V. Ex^a Sr. Presidente, os que têm responsabilidade para com o Governo que aí está e sabem que têm de arcar com o ônus político que disto advirá, não querem participar do Governo. Portanto, quero alertar a Nação para a irresponsabilidade política dos que não são capazes de assumir o ônus de ser Governo, enquanto assumo o ônus de ser Oposição.

Conheço o Governador Brizola e sei que ele é incapaz desse comportamento. Ele vai apoiar o Governo, sei disso. Mas dos outros, dos que já começam a lavar as mãos, a tirar o corpo fora, para que o Governo comece pior do que já é por si só, iremos cobrar diariamente, para que a Nação saiba quão irresponsável é seu comportamento político.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Pires) — Concedo a palavra ao Sr. João de Deus Antunes.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, na semana próxima passada li, estarrecido — até comentei o fato na tribuna — notícias a respeito do novo catecismo da Igreja Católica, que aceita o homossexualismo, a masturbação e outras loucuras.

Não entendo como o Sumo Pastor da Igreja Católica pode querer traduzir a seu bel-prazer, a sua maneira, a Bíblia Sagrada. A Bíblia Sagrada é interpretada pelo espírito. E não é desta maneira, estudando durante seis anos as Escrituras Sagradas, o Velho e o Novo Testamento, que vamos dizer o que é pecado e o que não o é. A Bíblia não admite interpretações.

Estava lendo sobre a liberdade para os homossexuais e lembrei-me da guerra que travamos, quando da feitura da Carta Constitucional, para barrar os desajustados que queriam legalizar o homossexualismo neste País, dando oportunidade aos homens de se casarem com homens e às mulheres de viverem com suas companheiras.

Depois de ler o jornal **Momento Político**, de Brasília, edição de 8 a 14 de outubro, que tenho em mãos, fiquei ainda mais chocado ao entender o que se pretende. A Igreja Católica está perdendo muitos fiéis, e esta é uma maneira de abrir as suas portas para que esses fiéis retornem ao seu convívio, às suas famílias. Assim — quem sabe? — ela poderá dizer que é a maior Igreja do Brasil.

Não tenho nada contra meus irmãos católicos, não tenho nada contra os padres, não tenho nada contra o Sumo Pontífice, João Paulo, que é o cabeça da Igreja Católica, mas tenho de insurgir-me contra essas aberrações. Se hoje em pleno século XX, libera-se o homossexualismo, que, todos sabem é um desvio de conduta, pois os homossexuais são pessoas depravadas, possuídas pelo demônio, não posso entender o que está escrito na Bíblia Sagrada, no Velho Testamento: Deus, olhando o céu, sentiu o mau cheiro que subia de Sodoma e Gomorra e determinou a dois anjos que descessem e destruíssem as cidades pecadoras. Sodoma e Gomorra foram destruídas por causa da maldade — diz a palavra de Deus —, pois, desde o menor ao maior, todos eram depravados.

E nós, Sr. Presidente, ficamos pensando. É bem possível que aqueles que morreram debaixo do sal, debaixo do enxofre, debaixo da ira de Deus estejam se revolvendo nas cinzas e se lamentando por não terem nascido no século XX, quando o homossexualismo deixou de ser pecado.

Sr. Presidente, digo isto apenas para que se medite. Sei que nem todos gostam de ouvir o que temos a dizer sobre isso. E o meu tempo é curto para uma dissertação sobre tudo o que diz o novo catecismo. O que é pecado diante de Deus, Sr. Presidente, não é aquilo que o homem dita. Não se pode dizer que exista pecado venial e pecado mortal. Não se pode dizer que temos oportunidade de passar pelo ar, de passar pelo limbo, de passar por mais aqui e mais ali, para depois chegarmos à redenção.

Como disse na semana passada, o homem criou caminhos — e esses caminhos são racionais — pelos quais procura se aproximar de Deus, depois de ter errado, depois de ter pecado, depois de ter se distanciado Dele. Esse catecismo que Sua Santidade está oferecendo à Igreja Católica, ao invés de aproximar os homens de Deus, os está distanciando muito mais Dele. Na eternidade teremos oportunidade de constatar que milhões e milhões de homens e mulheres que hoje estão procurando se aproximar de Deus estão, na verdade, se distanciando, por causa desses novos ensinamentos, completamente errôneos, impostos à comunidade católica.

O SR. WILSON MÜLLER (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, o que me traz à tribuna é a estranha nota de esclarecimento da Executiva Nacional do PMDB, publicada em todos os jornais